

**FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO PEDAGOGIA**

BÁRBARAH BIANCA DE FARIA MEDEIROS

**INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PAPEL DO PROFISSIONAL
APOIO**

**PATOS DE MINAS
2020**

BÁRBARAH BIANCA DE FARIA MEDEIROS

**INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PAPEL DO PROFISSIONAL
APOIO**

Monografia apresentada a Faculdade Patos de Minas como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Pedagogia

Orientadora: Dra. Silvia Cristina Fernandes Lima

**PATOS DE MINAS
2020**

BÁRBARAH BIANCA DE FARIA MEDEIROS

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PAPEL DO PROFISSIONAL APOIO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____ de novembro de 2020, pela comissão examinadora constituída pelos professores:

Orientador: _____
Prof.^a Dra. Silvia Cristina Fernandes Lima
Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____
Prof.^a Esp. Norma de Fátima Moreira
Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____
Prof.^a. Dra. Danielle Ribeiro Ganda
Faculdade Patos de Minas

Dedico este trabalho ao meu pai, Edgard Soares de Medeiros, pois através dele que este sonho tornou-se possível. Agraço também pelo apoio dos meus familiares, Rosimeire Lúcia de Faria Rodrigues, André de Moraes Rodrigues, Rafael Rodrigues de Faria e Ana Beatriz Rodrigues de Faria.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por abençoar meu caminho presenteando-me com força de vontade e foco para seguir até o fim.

Agradeço também ao meu grande pai, Edgard, pois essa caminhada não teria acontecido sem ele. Agradeço também a minha querida mãe e ao meu padrasto. E também agradeço aos meus irmãos que me deram mais forças com a necessidade de ser exemplo por ser mais velho.

Agradeço aos meus professores, e, em especial, a Dra. Silvia Cristina Fernandes, a qual sua história deu forças e ensinou não só a mim, mas como toda a turma, além de fazer o seu trabalho digno de inspiração.

A Dra. Danielle Ribeiro Ganda, que além de valiosas aulas, preocupou-se em promover palestras de encorajamento e estímulo, na qual se tornaram imensamente significativas que nos possibilitou refletir durante todo o processo de ensino.

Eu agradeço também minhas colegas, em especial a Luciene Rosa Ramos, que foi além de ser a primeira pessoa que conheci nesse caminho, foi uma grande amiga dedicada, preocupada e presente.

Agradeço a todos que me desejaram sucesso e bênçãos. O meu mais sincero obrigado!!

*“Como as aves, pessoas são diferentes
em seu vôo, mas iguais no direito de voar.”*

Judite Hertal

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PAPEL DO PROFISSIONAL APOIO

Bárbarah Bianca de Faria Medeiros¹

Dra. Silvia Cristina Fernandes Lima²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a importância da inclusão escolar. Nesse sentido, buscou-se refletir sobre alguns dos principais marcos legais na busca e efetivação de políticas públicas inclusivas e na garantia da educação especial na rede regular de ensino. Apresentando a diferença entre inclusão e a modalidade de educação especial. Como também, refletimos sobre as possibilidades de acesso e permanência na configuração de práticas pedagógicas inclusivas. Neste aspecto, buscou-se evidenciar o papel do profissional-apoio na política de educação de Minas Gerais e a contribuição deste profissional no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual, foram estudados autores e teóricos que abordam sobre os assuntos acerca da inclusão, bem como os documentos legais acerca da política da educação inclusiva e educação especial. Através deste estudo, evidencia-se a importância da formulação de políticas públicas, na garantia da educação especial no sistema regular de ensino. Este estudo também revela que inclusão vai muito além de colocar a criança com necessidades especiais dentro da sala de aula, pois, estas ações promovem diversos aspectos tais como: socialização, autoconhecimento, autonomia, desenvolvimento afetivo e emocional. A inclusão, além de proporcionar aprendizados significativos na vida do aluno, tem a oportunidade de possibilitar a estes alunos se colocarem no mundo construindo aprendizados e conhecimento, onde todos são iguais, independente de suas diferenças.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão; Profissional-apoio.

¹ Aluna do curso de graduação em Pedagogia pela Faculdade de Patos de Minas. (FPM) formanda do ano de 2020 e-mail: barbarah.10841@alunofpm.com.br

² Coordenadora e Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Patos de Minas. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: silvia.lima@faculdadepatosdeminas.edu.br

Inclusion and Special Education: The role of the professional Support

ABSTRACT

This paper has as its main goal to reflect about the importance of school inclusion. The paper reflects on some of the main legal milestones both in the pursuit and implementation of inclusive public policies and in the guarantee of education to the ones who have special needs in regular teaching, conveying the difference between inclusion and education to the ones with special needs. We also reflected about the possibilities of access and permanence in the making of inclusive pedagogical practices. The paper aims to highlight the role of the teacher as a support in the educational policy of the state of Minas Gerais and the contribution of this professional in the development and learning of children. It is a bibliographical research. We studied authors and theorists that deal with inclusion; we also studied the legal documents that deal with inclusive educational policies and education of the ones with special needs. Through this study, we highlight the importance of the making of public policies, so as to guarantee education to the ones with special needs in the regular teaching. This study also reveals that inclusion is far beyond having the child with special needs in the classroom, for such actions promote several aspects such as socialization, self-knowledge, autonomy, affective and emotional development. Inclusion, besides giving the student meaningful learnings, has the opportunity of making possible to these students insert themselves in the world; thus, they produce learnings and knowledge, in a world where everyone is treated equally, no matter the differences.

Key words: Special education; Inclusion; Teacher-Support

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PAPEL DO PROFISSIONAL APOIO

INTRODUÇÃO

Quando falamos de inclusão, provavelmente lembramos do ato de incluir-se em algum lugar ou meio social, mas e quando falamos sobre inclusão escolar? Será que é apenas incluir o aluno com necessidades especiais em uma determinada escola? A inclusão escolar vai muito além disso.

Antes de receber um aluno, é de extrema importância que a escola esteja propícia a recebê-los, pois existem determinadas deficiências que precisa de adaptações importantes para que o aluno possa obter melhor aprendizado. Não basta apenas colocar a criança ou adolescente dentro da sala, este ato seria apenas integrar o aluno e não incluir.

Além de materiais, adaptações importantes para obter resultados significativos, faz-se necessário a presença de um profissional apoio ao lado para acompanhar de perto o desenvolvimento do aluno. Deste modo, é importante verificar se as instituições de ensino pública e privadas estão realmente preparadas para a inclusão, se a estrutura, materiais necessários a serem disponibilizados para os professores e profissionais especializados para atender os alunos. É essencial, ainda, descobrir como as instituições de ensino pública e privadas se comportam frente a estas questões e se buscam promover uma educação de qualidade (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016).

Neste aspecto é importante compreender que, incluir é diferente de integrar. Enquanto o ato de incluir envolve toda a questão de adaptação e ensino de qualidade, integrar se resume apenas à colocar o aluno dentro da sala de aula sem preparo algum ou sem um profissional apoio competente ao lado.

Inclusão se constitui como o ato de “não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar” (MONTAN, 2003, p. 28). Deste modo, pode-se dizer que significa incluir pessoas ou um indivíduo em um grupo que antes não faziam parte. Inclusão é a ação de garantir a qualidade para todos. Qualquer pessoa, diferente de qualquer que seja as suas particularidades têm direito de ser incluída e também participar de qualquer interação ou atividade

sem ser discriminado ou sofrer qualquer tipo de preconceito. Conforme esclarece Montoan, (2003):

Os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. (MANTOAN, 2003, p.15).

Inclusão escolar é garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de características físicas, mentais, psíquicas, étnico, sociais e culturais. Para incluir de fato um aluno especial dentro da sala de aula não basta colocá-lo na sala de aula sem que ele faça parte do processo ensino-aprendizagem daquela turma, sem interação e socialização. Antes de tudo, a escola deve estar preparada em sua estrutura para receber aquele aluno, como por exemplo, no caso de alunos que utilizem cadeira de rodas. A escola precisa de rampas, banheiros adaptados, sala de aula com mesa especial, etc..

Para que haja inclusão na sala de aula é importante que as atividades realizadas motivem e desenvolva a aprendizagem de toda a turma. É essencial que o professor conheça cada aluno e partir disso, respeitar suas potencialidades e necessidades (ROPOLI, et al, 2010)

Na sociedade, um indivíduo infelizmente é excluído no meio social em razões de limitações físicas ou cognitivas que possuem. Nós nascemos com particularidades e não podemos, jamais, ser culpado por tê-las, mas, infelizmente, em nossa sociedade, um olhar mais empático ainda caminha de forma lenta.

Inclusão escolar nada mais é que incluir todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino. Não importa qual a cor, condição cognitiva ou física e classe social para ser incluído, pois o sistema visa que todas as pessoas tenham acesso, de modo igualitário, no sistema público e privado de educação.

No sistema político educacional atual não é tolerado nenhum tipo de diferenciação ou preconceito referente à etnia, classe social, religião, gênero, etc. No entanto, percebe-se que nem sempre a legislação é atendida de modo satisfatório na prática. O termo inclusão nem sempre esteve presente em nossa

sociedade. Incluir um aluno na sala de aula pode parecer algo simples de se fazer, mas será que realmente os alunos com necessidades especiais são realmente incluídos dentro da rede de ensino pública e privada?

Deste modo, a pesquisa sobre este tema é relevante pois, é uma realidade que está em torno de todo o âmbito escolar visando a igualdade de oportunidades, a universalização da educação, com o direito de acesso e permanência na escola. Negar ensino educacional inclusivo para qualquer criança ou jovem é crime, também não é permitido separar os alunos com deficiência dos demais estudantes. Como princípio da inclusão, “todo ser humano tem direito à instrução” (artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos). A inclusão escolar, busca ir ao encontro deste direito, tornando garantido para cada aluno e também tem um papel importante no desenvolvimento social e cognitivo das crianças com necessidades especiais.

No que se refere aos alunos com necessidades especiais a educação especial torna-se um serviço essencial para os alunos com deficiências físicas e intelectuais, bem como alunos com transtornos globais. Neste aspecto, o professor-apoio é de extrema importância para o aluno com dificuldade de aprendizado, limitações físicas ou cognitivas no meio escolar. Através deste profissional que o aluno conseguirá êxito no que deve ser passado para ele, seja em seu nível cognitivo ou deficiência física. De acordo com a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – lei 13.146 de 2015 - no capítulo IV do Direito a Educação temos no parágrafo XI que é direito da pessoa com deficiência: “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (BRASIL, 2015).

Deste modo, pretende-se através deste trabalho abordar temas relacionados ao profissional apoio dentro do âmbito escolar e as dificuldades encontradas por ele e pelos alunos com necessidades especiais que não tem o acompanhamento do profissional-apoio, pois, infelizmente, a maioria das escolas públicas não tem o professor especializado. Dessa maneira, nosso objetivo neste estudo é compreender o papel do professor apoio na escola. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com análise através da análise de livros,

artigos científicos de autores e pesquisadores do tema da inclusão e educação especial.

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A constituição Federal de 1988 se constitui como um grande marco no que se refere a educação nos seus diversos níveis e modalidades. A educação, como descrito na constituição federal, é direito de todos independente de suas diferenças ideológicas, étnicas, culturais, sexo, idade, dentre outros (art. 3º, inciso IV). Além disso, a lei magna garante ainda “a igualdade de condições e de acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I). Todos têm direito a educação de qualidade para o desenvolvimento pessoal para exercer a cidadania. Assim, no artigo 205, temos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205, INCISO III).

É importante ressaltar que os princípios colocados pela Constituição deve ser atendido pelas instituições de ensino não podendo excluir ou deixar de atender nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. Deste modo, podemos compreender que trata-se do princípio da igualdade de todos no direito à educação pública de qualidade.

Um ponto importante se refere ao artigo 208 da Constituição Federal quando prescreve que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Deste modo, a constituição Federal de 1988 (constituição cidadã) sinaliza para a implementação no nosso país, da educação inclusiva. A constituição de 88 abre espaço para várias perspectivas de inclusão, como discussões sobre o deficiente físico, discussões sobre negro, indígena, de gênero, etc.

Outro marco importante na história da política de educação inclusiva se dá, principalmente, em âmbito internacional. Conforme esclarece Camargo; Gomes; Silveira, (2016):

Destacamos como marco internacional para as discussões, reflexões, implantação da política pública de educação inclusiva a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990; a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, que culmina com a Declaração de Salamanca, na qual o país se compromete em instituir uma educação que atenda a todos, independentemente de suas necessidades (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 19-20).

Estes movimentos que em princípio consiste primeiramente a busca pela universalização e melhoria da qualidade do ensino, fortaleceram o movimento em prol de promoção de políticas inclusivas e no âmbito especificamente da educação especial a Declaração de Salamanca tem um papel primordial na efetivação da oferta desta modalidade de educação na rede regular de ensino. Que dentre outros pontos proclama que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades [...] (BRASIL, 1994).

A partir de então as pessoas com alguma deficiência não são mais colocados em classes e escolas especializadas, onde ficavam excluídas do convívio e socialização com os demais alunos. é importante ressaltar que muitas famílias não tinham acesso até mesmo a essas escolas e classes especiais, pois sendo elas, muitas vezes, escolas particulares não conseguiam pagar. Com a política da educação inclusiva e a proposta de educação especial essas crianças têm o direito de uma educação igualitária. Neste sentido, é importante o Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para

educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, LDB, 1996).

Dessa maneira entende-se por educação especial a educação organizada para atender especifica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais a estes alunos que deverão ser matriculados preferencialmente na rede regular de ensino, bem como, o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Já a educação inclusiva é a oportunidade de todos os estudantes com ou sem necessidades especiais ou deficiência com a oportunidade de conviver e aprender juntos. De acordo com o documento Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008) temos:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p.1).

Principalmente dentro da instituição de ensino, vivemos em um meio social onde não podemos de forma alguma excluir o outro por causa de suas diferenças. Principalmente, quando falamos em inclusão, é essencial o processo de socialização da criança com seus companheiros em sala de aula, este é um dos principais quesitos que fazem o aluno se sentir igual e inserido dentro da própria escola.

Em um mundo repleto de diversidade: diferenças de habilidades, temperamento, aparência, conhecimento, etc., o respeito a essa diversidade deve mediar todas as relações. O olhar atento do professor não deve estar focado apenas ao aluno com uma necessidade em especial, mas para todos os alunos, pois cada um têm as suas características próprias. Como professor, ele deve promover oportunidades iguais a todos compreendendo o tempo de cada um. A inclusão dos alunos especiais traz muitos benefícios, principalmente no aspecto de convivência social. Montoan (2003) afirma que as nossas ações

enquanto educador têm como ponto de partida as relações interpessoais e traz a aprendizagem como experiência de relação e participação. De modo a trazer sentido para cada aluno contemplando a sua subjetividade, mesmo que, venha a ser construído de forma coletiva dentro da sala de aula.

De acordo com MEC, (2008), o que diz respeito aos parâmetros de construção de sistemas educacionais inclusivos, passa-se a pensar sobre a estrutura escolar para que atenda todos os alunos com alguma necessidade em especial ou até mesmo cultural. Antes, a ideia era de que uma criança especial jamais conseguiria aprender e a concepção de hoje se mostra gradativamente diferente. Todos têm direito à educação e todos aprendem. Atualmente é visto que cada criança aprende dentro do seu tempo e uma criança com alguma deficiência cognitiva, por exemplo, pode ter um tempo mais lento para aprender. Logo, o professor que tem conhecimento da constituição e sobre a inclusão saberá que essa criança poderá aprender de acordo com seu nível de cognição, e também saberá que tudo o que esta criança aprende será muito significativo.

ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA NA ESCOLA INCLUSIVA

De acordo com a LDB, Educação Especial é uma modalidade de ensino que tem direcionamento especial para educar e ofertar ensino à pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, superdotação ou altas habilidades. Educação especial atende as especificidades de alunos que necessitam de um acompanhamento e ações mediadoras para que ele possa aprender e se desenvolver assim como os demais de sua turma, e deste modo ocorra a efetivação do processo de inclusão.

Alguns dos principais aspectos que devem ser considerados para que a inclusão seja bem sucedida seria a acessibilidade, ou seja, os aspectos físicos da escola, como, por exemplo, para os deficientes físicos colocar escadas, barreiras, rampas e banheiros adaptados. Para os deficientes auditivos também tem uma adaptação especial. Atualmente é possível perceber que as escolas tem procurado transformar sua infraestrutura para que os alunos com diferentes necessidades de locomoção e movimentação possam ter acesso à escola sem alguma restrição (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016).

Todos, independentemente de suas diferenças, têm direito à educação de qualidade e, por isso, é muito importante a participação da comunidade e toda a gestão escolar para cumprir os deveres e projetos aplicados durante o processo de ensino-aprendizagem. Como esclarece Montoan (2003):

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue: aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar. (MONTTOAN. 2003, p.34).

No aspecto da organização da escola como um todo é crucial o trabalho do gestor e da equipe pedagógica como um todo. Sobretudo no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) que é um documento que informa a proposta educacional dentro de cada escola e é elaborado/revisado todo início do ano letivo. Na elaboração deste documento, faz-se necessário a presença de todas as camadas do âmbito daquela instituição de ensino para que ele atenda todas as especificidades dos alunos, os anseios da comunidade. É importante, ainda, que esse documento apresente como será organizada a proposta de inclusão da escola definindo os caminhos e estratégias para sua concretização. Segundo Camargo; Gomes; Silveira, (2016):

É fundamental uma transformação no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, o professor precisa conhecer como o aluno aprende para saber como ensinar; na estrutura física, com a quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais; nas situações pedagógicas, com a utilização de material específico para atender às necessidades dos alunos; na formação de professores e das equipes gestoras no tocante aos princípios da educação inclusiva (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 19).

O professor deve ter conhecimento sobre o seu aluno e respeitar os limites do mesmo sem excluí-lo dos demais colegas. Compreendendo que todos são diferentes. “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso

de todos, adotando novas práticas pedagógicas” (ROPOLI, et al, 2010, p. 9). Nesta mesma perspectiva alerta Montoan (2003):

O ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução que não corresponde aos princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência [...] Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula. (MONTAAN, 2003, p.36).

Devemos levar em consideração, como princípios da Educação Especial, no art. 3º da LDB "Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;" que seria fornecer aos alunos condições equitativas para que eles possam não só chegar na escola, mas permanecer nela.

Conforme definido na Base Comum Curricular (BNCC/2017) para que haja igualdade educacional, as diferenças e singularidades dos alunos devem ser atendidas. O documento chama atenção para o fato de que ao longo de sua história no Brasil naturalizou-se desigualdades de acesso à escola, principalmente por questões socioeconômica, sexo e raça. Neste aspecto, o documento indica a necessidade de superação destas desigualdades nas instituições escolares por meio do planejamento, da proposta curricular, assegurando propostas mais equitativas.

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (BRASIL, 2017).

Diante do exposto, é crucial na proposta de uma educação inclusiva compreender que cada aluno é diferente e possui necessidades específicas que devem ser observadas. De modo que, “um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos” (BRASIL, 2017). Neste processo é essencial que as instituições de garantam condições de acesso, mas também de permanência na escola. De acordo com Ropoli (et al, 2010) a escola inclusiva reconhece a

diferença e busca adotar novas práticas pedagógicas, novos conceitos, que promovam o desenvolvimento de todos os alunos.

Um ponto importante na garantia da permanência está relacionado ao processo de avaliação, quando a instituição prioriza uma avaliação classificatória, que visa o resultado final, a nota e não o processo formativo como um todo a tendência é o fracasso escolar (HOFFMANN, 2019). No processo avaliativo é importante pensar em processos que levam em consideração o tempo de aprendizagem dos alunos, o desempenho qualitativo, as potencialidades do aluno. Como explicita Hoffmann (2019):

Por meio do sistema classificatório deixa-se de considerar/valorizar experiências, interesses possibilidades, limites, valores socioculturais, vivências dos alunos como determinantes das suas trajetórias de aprendizagem (HOFFMANN, 2019, p. 26).

Referente a este processo de avaliação e acompanhamento do aluno é relevante os ensinamentos de Vygotsky acerca da zona de desenvolvimento proximal. Ao estudar sobre a aprendizagem humana, o psicólogo soviético Vygotsky (1984) percebeu que existem coisas que a pessoa já sabe fazer sozinho, coisas que essa pessoa pode aprender com a ajuda de outros e coisas que ela ainda não pode aprender nem mesmo com ajuda. Vygotsky, separou esses saberes da seguinte forma: As coisas que ele já sabe, estão dentro do seu desenvolvimento real. As coisas que a pessoa não sabe fazer ainda, mas que pode aprender com a ajuda de outros, são saberes que estão dentro da zona de desenvolvimento proximal, aprendizagem que ainda estão emergindo e precisa de ajuda de pessoas mais experientes. E por fim, as coisas que essa pessoa não é capaz de fazer nem mesmo com ajuda estão fora da zona de desenvolvimento proximal. Sempre que uma aprendizagem proximal vira uma aprendizagem real, isso quer dizer que algo que só conseguia fazer com a ajuda dos outros tornou-se algo que ela é capaz de fazer sozinha e aquelas aprendizagens que antes pareciam impossíveis, começam a entrar na zona de desenvolvimento proximal, ou seja, tornando-se aprendizagens possíveis (REGO, 1995).

O conceito desenvolvido por Vygotsky possibilita compreender a importância da relação entre os pares, a relação entre professor e aluno. E

principalmente, a importância das escolas regulares serem inclusivas possibilitando a troca de aprendizagens, a troca de experiências, a socialização e a interação como processos que garantem uma educação de qualidade.

O PAPEL DO PROFISSIONAL APOIO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A política delineada pelo estado de Minas Gerais com relação a educação especial e inclusiva tem seguido o que dizem e determinam as políticas nacionais e internacionais. No “Guia de Orientação da Educação Especial da rede estadual de Minas Gerais” temos a seguinte definição de educação inclusiva:

A educação inclusiva parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação. Tem como objetivo reverter a realidade histórica do país marcada pela desigualdade e exclusão. A política educacional inclusiva da rede pública estadual de educação é orientada pelo reconhecimento deste direito, respeito à individualidade e valorização da diversidade (MINAS GERAIS, 2014).

Seguindo essa definição o documento apresenta que:

Na perspectiva de uma sociedade mais democrática e inclusiva no âmbito educacional, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação têm o direito de serem matriculados nas escolas próximas de suas residências, tendo acesso a espaços comuns de aprendizagem, bem como ao Atendimento Educacional Especializado – AEE (MINAS GERAIS, 2014).

Percebe-se que a política mineira segue o direcionamento da LDB 9394/96 assim como o Plano Nacional de educação – PNE, 2014 - de que a educação especial deverá ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, o documento afirma o direito destes alunos serem matriculados nas escolas próximas de sua residência. Tendo a oportunidade de ter acesso comum de aprendizagem nas salas regulares, bem como também a

oferta do serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE.
Compreendendo que:

O atendimento educacional especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (MINAS GERAIS, 2014).

O Atendimento educacional especializado se configura como um grande avanço no que se refere as políticas públicas referentes ao público alvo da educação especial. Constitui-se uma referência no apoio, na implementação e organização dos serviços da educação especial (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016). Conforme a citação acima o AEE tem uma função complementar, fornecendo serviços de apoio ao aprendizado dos alunos público alvo desta modalidade. Dentro dos vários serviços oferecidos no AEE temos o professor apoio que:

[...] oferece o apoio pedagógico ao processo de escolarização do aluno com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla e (ou) transtornos globais do desenvolvimento. Esse apoio pressupõe uma ação integrada com o(s) professor(es) regente(s), visando favorecer o acesso do aluno à comunicação, ao currículo, por meio de adequação de material didático-pedagógico, utilização de estratégias e recursos tecnológicos. Para atuar no atendimento, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais da docência e capacitação específica na área da deficiência que irá atuar (MINAS GERAIS, 2014).

O professor apoio conforme o documento realiza um trabalho conjunto com os professores do ensino regular. De modo a atuar de forma complementar ou suplementar ao trabalho da sala de aula e deve ser realizado por meio das atividades a serem desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

De acordo com Junior (2018) que se fundamenta em Beyer (2013) é importante que na educação inclusiva se resguarde o direito da aprendizagem comum “sem desconsiderar as especificidades pedagógicas dos alunos com deficiência” (PAIVA JUNIOR, 2018, p. 51). Neste aspecto o “Guia de orientação

da educação especial de Minas Gerais”, aponta, dentre outras, as seguintes atribuições do professor apoio:

- Atuar de forma colaborativa com os professores da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; b. adaptar/flexibilizar material pedagógico relativo ao conteúdo estudado em sala de aula (atividades, exercícios, provas, avaliações, jogos, livros de histórias, dentre outros) com o uso de material concreto, figuras e simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e ampliação de vocabulário de símbolos gráficos[...] (MINAS GERAIS, 2014).

De acordo com o documento percebe-se que o professor apoio deve trabalhar de forma integrativa com o professor regente, organizando e definindo estratégias pedagógicas para a viabilização do processo ensino-aprendizagem. Sem deixar de oportunizar a socialização e o acompanhamento da turma.

Contudo, é importante ressaltar que na política mineira não há em “Minas Gerais, o cargo de Professor de Apoio e, sim, o cargo de Professor de Educação Básica (PEB) na função de Professor de Apoio” (PAIVA JUNIOR, 2018, p.53). O que acaba fragilizando a efetivação deste serviço na educação básica da rede estadual. Outro ponto a se considerar é com relação a função do profissional apoio, pois não há uma definição clara de suas atribuições. Temos visto que essa função, na maioria das vezes, é ocupada por estagiários/monitores que estão em processo de formação, sobretudo, no curso de pedagogia licenciatura. E segue as determinações da Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – lei 13. 146 de 2015.

O profissional apoio é um mediador do desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência, ele é um profissional que presta atendimento ao aluno que precisa de um cuidado e acompanhamento mais individualizado. Ele é responsável pelo auxílio ao professor regente e toda a equipe pedagógica da instituição de ensino (SOUZA; VALENTE; PANNUTI, 2015).

É importante ressaltar que o profissional-apoio deve estar presente não para tornar o aluno dependente, senão, estaremos regredindo. O melhor, é o

profissional estar atento à questão de socialização do aluno incluso incentivar a autonomia desta criança, pois do contrário, o aluno precisará sempre de alguém para ajudá-lo a vida toda. Logo, O papel do profissional apoio é o de ajudar o estudante a avançar e aprender as coisas novas que antes ele não era capaz de fazer sozinho. Quanto mais ele aprende, mais ele se torna capaz de aprender.

Deste modo, os estagiários/monitores - profissional-apoio - tem a função de acompanhar diariamente o(a) aluno(a) possibilitando a inclusão do mesmo(a) no grupo, organizando e adaptando atividades no intuito de potencializar os avanços deste aluno(a) no processo ensino-aprendizagem, bem como, na construção de vínculos e socialização.

De acordo com Paiva Júnior (2018), um dos grandes desafios de um profissional apoio no processo de inclusão dentro da sala de aula no ensino regular é a questão que envolve o trabalho em equipe, e para que o ensino seja uma estratégia eficaz de ensino, faz-se necessário que a escola tenha uma equipe pedagógica unida, sobretudo, com respeito, comprometimento e flexibilidade é preciso que a equipe unida compartilhem suas ideias e saberes.

Um dos maiores desafios da contemporaneidade para a educação pública brasileira é a inclusão de alunos com deficiência (AD) nas salas de aula das escolas regulares. Nesse contexto, entende-se como de fundamental importância que os gestores promovam discussões em torno de como a escola pode gerir políticas públicas de inclusão, compreendendo os estudantes a partir de suas potencialidades e não de seus limites (PAIVA JUNIOR, 2018, p.19).

Como também menciona o autor sobre não ter uma definição evidentemente clara em relação às funções do profissional-apoio dentro da escola, e por este motivo, o autor menciona a falta de experiência dos profissionais designados pela escola para fazer esta importante função. Pelo fato de não compreender muito bem sua função este profissional acaba desempenhando outras funções na escola e se limitando a ser apenas um cuidador do aluno.

Outro desafio importante conforme esclarece Martins (2011) se refere a falta do professor-apoio na rede de ensino e este assunto está à margem do

debate educacional. A falta de adaptações curriculares, planejamento é um enorme obstáculo para o processo de inclusão. Em sua pesquisa, o autor revela que número de profissional de apoio está em um número muito reduzido. Aliado a este problema, também tem a falta de condições que os professores encontram para dar seguimento de qualidade ao processo ensino-aprendizagem. Há sobrecarga de trabalho e também falta de condições para desenvolver atividades que possam ser significativas na vida da criança que necessita do atendimento especializado.

O papel do professor regente de turma, assim como o profissional apoio é de suma importância na educação inclusiva, pois é um trabalho que vai muito além da transmissão de conteúdos. Neste aspecto, a formação de um educador que se preocupa com a inclusão não pode ficar restrita a formação inicial. É preciso um processo de formação continuada, de busca, de pesquisa para o aprimoramento dos saberes e melhor conhecimento na área. Segundo Rocha (2017):

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro (ROCHA, 2017, p.2).

Temos visto que a formação dos professores é um enorme desafio durante a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e por isso, nos dias atuais há uma gama de professores sem conhecimento necessário para atender os requisitos de uma sala de aula inclusiva. O professor capaz de ter práticas didáticas, faz o aluno aprender a aprender, a refletir e ser crítico tendo o desenvolvimento de competências e habilidades como seu pilar, e não o estrito transmissor de conteúdos básicos.

Neste sentido, conforme aborda Silva e Maciel (2005) para um melhor andamento do processo de ensino-aprendizado dentro da sala de aula, é necessário rever algumas indagações acerca dos diferentes papéis atuado pelo professor regente e profissional de apoio dentro da sala de aula dentro da proposta de educação inclusiva. Como também a necessidade de

aperfeiçoamento da formação inicial e continuada do professor para tirar dúvidas, medos ou mesmo que a prática pedagógica sejam examinadas para obter o melhor desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado pode-se constatar que, no que tange a efetivação da educação inclusiva e educação especial no Brasil, ainda existem muitas indagações e incoerências, principalmente, entre o que está posto na legislação e o que de fato ocorre na realidade. Trata-se de um processo complexo que envolve questões políticas, financeiras e sociais. No que se refere a questão financeira há o problema da estruturação dos espaços físicos das instituições para equipar e preparar a escola com acessibilidade, como também recursos tecnológicos, materiais adequados e, sobretudo, a formação de seus profissionais para que assim haja de fato uma proposta inclusiva.

Percebe-se que houve de fato grandes avanços no sentido das políticas públicas. No qual, o primeiro grande marco foi a Constituição Federal de 1988, que apresenta a educação é como um direito de todos independente de suas diferenças. E além disso, a lei magna garante que as condições de acesso e permanência na escola devem ser iguais. Um outro grande marco muito importante na história da política de educação inclusiva consiste na busca pela universalização e melhoria do ensino de qualidade e inclusivo, fortalecendo assim, melhorias em prol da educação especial. As políticas internacionais possibilitaram também a nível mundial o fortalecimento das discussões e reflexões na garantia de propostas inclusivas. Neste aspecto, a Declaração de Salamanca teve um papel primordial na efetivação da modalidade de educação especial dentro da rede regular de ensino.

Com a política da educação inclusiva e a proposta de educação especial, garantida na Lei de Diretrizes e Bases de nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, as crianças com necessidades especiais tem o direito à uma educação na rede regular de ensino garantindo aos mesmos o convívio, a socialização e a interação social com seus pares.

No que se refere a garantia de acesso e permanência na escola é importante um projeto político-pedagógico bem definido, explicitando as estratégias e práticas pedagógicas inclusivas. Garantindo uma proposta de currículo e avaliação que possibilitam o desempenho de todos seus alunos. Primando pela valorização da diversidade e das diferenças.

Assim, através deste estudo pode-se verificar que a educação especial tem muito a mudar. Como por exemplo, na melhoria da oferta de formação continuada dos profissionais. A melhoria na definição da função do profissional apoio, garantindo este serviço a todos aqueles que dele precisam. Pois, a falta deste profissional reflete diretamente no desenvolvimento e aprendizagem do aluno que necessita desse atendimento. Dessa forma, a definição de políticas públicas sérias é de suma importância para a garantia da educação especial dentro de uma perspectiva inclusiva.

Referências:

BRASIL. [Base Nacional Comum Curricular (2017)]. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 Ago. 2020

BRASIL. [LDB (1996)]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 Jun. 2020

BRASIL. **Declaração de Salamanca** - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 8 de OUT. 2020.

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência]. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146/2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 18. Out. 2020.

BRASIL. [Documento normativo]. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> . Acesso em Maio. 2020.

CAMARGO, A. M. F.; GOMES, R. V. B.; SILVEIRA, S. M. P. Dialogando sobre a política de educação especial na perspectiva inclusiva. In: FIGUEIREDO, R. V. ROCHA, S. M. P. S.(Org.); GOMES, R. V. B (Org.); CAMARGO, A. M. F. (Org.). **Políticas de Inclusão Escolar e Estratégias Pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado**. 1ª ed. Rio de Janeiro: MC & G Design Editorial, 2016. V. 1192p.

HOFFAMNN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como fazer?. São Paulo: Summus, 2003.

MARTINS, Silvia Maria. **O profissional de apoio na rede regular de ensino**: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial. Dissertação (mestrado em educação) – Centro de educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95218>. Acesso em: 15 Out. 2020.

MINAS GERAIS. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**. Secretaria do Estado de Minas Gerais.(Versão 3, atualizada em 2014).Disponível em: <https://srefabricianodivep.files.wordpress.com/2019/02/guia-da-educac3a7c3a3o-especial-mg-versc3a3o3-atualizada.pdf> Acesso em: 14 Out. 2020.

PAIVA JÚNIOR, Oziel Mendes. **O papel do professor de apoio no cotidiano escolar**: reflexões sobre a gestão de práticas na escola pública. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de educação. Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/o-papel-do-professor-de-apoio-no-cotidiano-escolar-reflexoes-sobre-a-gestao-de-praticas-na-escola-publica/> Acesso em: 12 Out. 2020.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios pedagógicos**, v.7, n. 2, jul/Dez, 2017.

ROPOLI, Edilene Aparecida (et al). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010, coleção: A educação especial na perspectiva da inclusão escolar, v. 1

SILVA, K. F. W.; MACIEL, R. V. M. Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer?. **Revista do Centro de Educação**. Edição: 2005, n. 26.